

Ditadura e saúde mental

Introdução

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (CEV) “Rubens Paiva” escolheu, entre seus temas, a questão da saúde mental. A importância desse campo, no campo da justiça de transição, pode ser analisada sob ao menos dois aspectos: o reconhecimento das consequências psíquicas da repressão, que constituíram um dos pontos condenatórios ao Estado brasileiro na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso Araguaia, e a relação histórica entre as instituições de saúde mental e as graves violações de direitos humanos.

No primeiro aspecto, a dimensão do reconhecimento das vítimas e de seu sofrimento, essencial para as dimensões da memória e da verdade, e com consequências importantes para a da justiça, é de se destacar que os parágrafos 264 a 269 da sentença da CIDH no caso Araguaia (ou Gomes Lund e outros vs. Brasil), publicada em 2013 pela CEV “Rubens Paiva”, obrigam o Estado brasileiro a prestar o "atendimento médico, psicológico ou psiquiátrico [...] às vítimas que assim o solicitem".

A CEV "Rubens Paiva" buscou apoiar o Estado brasileiro no cumprimento dessa disposição e realizou audiência, em 15 de abril de 2013, para o lançamento em São Paulo, na Alesp, das Clínicas do Testemunho, promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em favor dos anistiados, anistiandos e familiares, atingidos pela ditadura militar.

No tocante ao segundo aspecto, impõe-se a necessidade de investigação sobre as instituições e profissionais de saúde mental na violação de direitos humanos, que é uma tarefa que deve ser continuada e foi incluída entre as recomendações da CEV “Rubens Paiva”.

1. Seminário Psicanálise, Política e Memória em Tempos Sombrios; a questão das clínicas de testemunho

No dia 31 de agosto de 2012, a CEV “Rubens Paiva” fez audiência pública que acolheu parte do seminário “Psicanálise, Política e Memória em Tempos Sombrios: Brasil e Argentina”¹, organizado pela Universidade de São Paulo. Dela participaram a diretora do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (Ievé), Janaína Teles; do professor do Instituto de Psicologia da USP, Paulo Endo, e do coordenador da área técnica de saúde mental, álcool e outras drogas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori Kinoshita; Fabiana Rousseaux, diretora do Centro de Assistência a Vítimas de Violações de Direitos Humanos Dr. Fernando Ulloa.

Nessa audiência, destacamos o depoimento de Fabiana Rousseaux. O Centro que dirige está ligado à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça da Argentina.

A especialista destacou o problema de como, metodologicamente, restabelecer os laços das vítimas com o Estado, para que se chegue ao efeito reparador exigido pelos parâmetros da justiça de transição.

Outra questão é a do necessário envolvimento com equipes de outros Estados, tendo em vista as alianças entre as ditaduras no Cone Sul na Operação Condor; as vítimas podem ter laços com mais de um país:

Também ocorreu na Argentina, como no Uruguai, Brasil, no Chile, Paraguai e Bolívia que durante os anos da ditadura coordenadas no Cone Sul, o que se chamou de Plano Condor, as vítimas não puderam ter enquanto esses fatos ocorriam, tão terríveis e tão dolorosos, não puderam ter nenhum tipo de atenção, obviamente. [...] Depois de tantas décadas, os Estados não só têm a obrigação de reparar e, dentro das políticas de reparação, a saúde é uma das obrigações que o Estado tem que assumir [...] e assumir desde um ponto de vista integral, quer dizer, não só pensando fragmentadamente como se assistem as vítimas, como se, lhes dá apoio psicológico, senão como se entendem que as consequências da violência do Estado, não são consequências só psicológicas, ou também as psiquiátricas, como algumas vezes se entende mal, mas consequências que têm tudo que ver com os projetos de vida das pessoas que foram vítimas do terrorismo de Estado².

Trata-se, pois, da necessidade de um atendimento integral às vítimas e que, ademais, deve pensar nas gerações seguintes: as consequências da ditadura não são sofridas apenas pelos militantes que sofreram diretamente as

¹ Audiência disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=XXupnIKCmU4>>.

² Depoimento de Fabiana Rousseaux na audiência da CEV “Rubens Paiva” 31 de agosto de 2012.

ações do terror de Estado, mas por suas famílias e descendentes. Na Argentina, vemos essa dimensão transgeracional em organizações como As Mães da Praça de Maio, as Avós e, finalmente, os filhos dos mortos e desaparecidos políticos, que criaram a HIJOS. Essas organizações demonstram o impacto social do terror de Estado.

Porém, ademais, foi afetada toda a sociedade afetada em seu conjunto, e se não entendemos que os danos provocados são danos que vão ter consequências adiante, consequências transgeracionais, consequências muito mais além do que ocorreu no momento em que aconteceram os fatos, e isso vemos todos os dias, atendendo a filhos e a netos de desaparecidos, como retorna tudo isso que esteve silenciado nessas histórias como retorna de modo sintomático, com efeitos no corpo, com doenças psicossomáticas, com problemas escolares, com problemas de trabalho, com problemas para as famílias [...] Se não entendemos a dimensão, a marca social que isso teve, é muito difícil que possamos pensar uma política que pretenda chamar-se de reparação.

Nós temos muito cuidado com isso porque uma das maneiras que entendemos, que tem que ver com implantar precisamente uma real política de reparação é fazer um forte trabalho de capacitação a todos os profissionais de saúde mental, e da saúde em geral, que trabalham nos hospitais públicos de Argentina. E essa experiência também nós temos pensado com colegas do Uruguai, com colegas do Brasil, do Chile, de Paraguai porque, o fato de que na Argentina tramitam julgamentos, entre eles alguns vinculados ao que se chamou de Plano Sistemático de Apropriação de Bebês, ou Plano Condor, que são os próximos julgamentos, implica todo um movimento testemunhal e de pessoas que foram testemunhas desses fatos, que vivem nesses outros países, não só na Argentina. Então, o fato de que haja julgamentos na Argentina, julgamentos orais, me refiro, pôs em marcha todo um movimento muito além da Argentina, em todos os países do Cone Sul, que implica então uma articulação real, sistemática, séria, dos recursos de todos esses países [...]³.

Por conseguinte, segundo Fabiana Rousseaux, esse tipo de atendimento integral deve ser pensado em nível de Cone Sul, e não se limitar às equipes nacionais.

Como resultado, a Comissão ressaltou que, mesmo depois de tanto tempo após o fim da ditadura militar, não se conseguiu ainda encontrar uma forma de reparar as vítimas do terror de Estado no campo da saúde mental, que é imprescindível para uma reparação plena.

No Brasil, o debate não está tão avançado quanto na Argentina. O projeto das Clínicas de Testemunho, promovido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, é um avanço nesse campo: trata-se de um projeto, que está a ser

³ Idem.

desenvolvido por cinco grupos (dois em São Paulo, e também no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e Recife). A CEV “Rubens Paiva” realizou audiência pública de lançamento do projeto⁴ em 15 de abril de 2013. Foi debatido, na ocasião, o apoio psicológico a vítimas da ditadura, que foi instituído, como ressaltou o presidente da CEV “Rubens Paiva”, com muito atraso:

O presidente da Comissão da Verdade da Alesp, deputado Adriano Diogo (PT), declarou que, “embora com muito atraso”, recebia a criação dos grupos como um avanço. Preso e torturado na ditadura, o deputado disse que sempre buscou ajuda, mas, mesmo assim, não conseguiu superar os traumas. “Eu sempre me tratei, mas vou te dizer uma coisa: isso nunca vai sair da cabeça. Eu vi cinco pessoas serem mortas”, ressaltou.⁵

Participaram dessa audiência a conselheira da Comissão de Anistia Rita Sipahi, a psicanalista Beatriz Vannuchi, o presidente do Instituto Projetos Terapêuticos, Moisés Rodrigues da Silva Júnior, o psicanalista membro da Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro, Eduardo Losicer, e Marta Nehring, cujo documentário *15 Filhos* (a respeito dos filhos de militantes políticos assassinados durante a ditadura militar) realizado em parceria com Maria Oliveira, foi exibido na ocasião.

2. O Holocausto brasileiro: a Colônia de Barbacena

A CEV “Rubens Paiva” debateu, na 61ª audiência pública, em 9 de agosto de 2013, o livro *Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*, da jornalista Daniela Arbex, sobre a Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, onde pelo menos 60 mil pessoas morreram; os pacientes eram internados, muitas vezes, à força, e sem mesmo terem diagnóstico de doença mental, incluindo epiléticos, alcoólatras, homossexuais, prostitutas, dependentes químicos.

⁴ A audiência está disponível nestas ligações: < <https://www.youtube.com/watch?v=CHQnEjdbXtc> > e < <https://www.youtube.com/watch?v=zAJ2-zFYcio> >.

⁵ MELLO, Daniel. Grupos vão dar auxílio psicológico a perseguidos pela ditadura. Agência Brasil. 16 abr. 2013. Disponível em < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-15/grupos-vaio-dar-auxilio-psicologico-perseguidos-pela-ditadura> >. Acesso em 28 fev. 2015.

Eu queria agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui com vocês, de estar falando entre amigos porque eu estou me sentindo muito acolhida por todos, e eu vou falar um pouquinho, tentar contar rapidamente porque eu sei que todo mundo quer falar alguma coisa, sobre como nasceu o Holocausto Brasileiro, que nasceu o livro, nasceu a partir de uma série de matérias que revelou, foram publicadas na Tribuna em 2011 que é o jornal que eu trabalho há 18 anos, e que revelou uma das tragédias brasileiras mais silenciosas que foi a morte de mais de 60 mil pessoas dentro do maior hospício do Brasil, que foi o Hospital Colônia de Barbacena que entre 1903 e 1980 viveu uma história de extermínio.

Projetado inicialmente para ter 800 vagas o hospital atingiu a marca de cinco mil pacientes em 1980, milhares de homens, mulheres e crianças faleceram de tortura, diarreia, fome e frio. No local onde homens e mulheres e crianças eram mantidos nus. No local onde homens e mulheres eram violentadas e tiveram arrancados seus bebês ao nascer. E que tentaram proteger a gravidez, os seus filhos passando fezes na barriga para que naquele período da gestação, pelo menos naquele período elas não fossem tocadas. Era um repelente humano⁶.

A jornalista explicou que a Colônia, em Minas Gerais, recebia internos de todo o país, e que havia sido retratada em conto de João Guimarães Rosa, “Sorôco, sua mãe, sua filha”:

Os pacientes eram mandados para a Colônia de vários cantos do Brasil e assim como nos campos de concentração nazistas eles eram mandados de trem e vagões de carga para a Colônia em um caminho sem volta ao inferno. Foi Guimarães Rosa que criou a expressão ‘trem de doido’ para referir-se ao caminho da morte para a Colônia. Ele conta inclusive no conto ‘Sorôco, sua mãe e sua filha’ a dor de um homem ao se despedir das únicas mulheres que ele tinha na vida e que foram levadas no trem da solidão coletiva. Eu já vou começar a chorar aqui, gente. Não vai dar certo.

Vamos lá. Documentos de 1911 demonstram, a gente achou esse documento no arquivo público mineiro, demonstra que não havia critério médico nenhum para a internação dessas pessoas, nesse caso ali é um documento em que uma brasileira de 23 anos chamada Maria de Jesus foi internada porque tinha tristeza e calma. Esse foi o motivo da internação dela.

O meu primeiro contato com o Holocausto Brasileiro foi em 2009, foi quando eu tive acesso a um conjunto de imagens feitas em 1961 dentro da Colônia pelo fotógrafo Luiz Alfredo da revista *O Cruzeiro*. E eu fui fazer uma entrevista, uma matéria do dia com o psiquiatra da minha cidade, José Laerte que hoje é o atual Secretário de Saúde de Juiz de Fora que me conhece há muitos anos e inclusive a minha luta dentro da saúde mental e das matérias de denúncia em defesa da população, e no meio da matéria ele me diz, antes que eu me esqueça de precisa tirar isso. E tirou um livro da gaveta que trazia essas imagens. E aí nem preciso dizer para vocês que a entrevista terminou ali. Eu não tinha condições de conversar mais. Peguei as fotos e fiquei completamente impactada, primeiro porque as fotos não me remetiam a um hospital, mas a existência de um campo de concentração. E segundo pelo fato de como a minha geração não conhecia nada dessa história, e mais

⁶ Depoimento dado por Daniel Arbex na 61ª audiência pública da CEV “Rubens Paiva”, em 9 de agosto de 2013

tarde eu vim a descobrir que o Brasil desconhecia uma das suas piores tragédias. Então, a CL nasceu em uma sala de seis metros quadrados⁷.

A jornalista entrevistou diversos internos e explicou como chegou à estimativa de sessenta mil mortos, que a levou a caracterizar o fato como “holocausto”:

Os 60 mil corpos é uma estimativa admitida pelo próprio Governo do Estado porque o hospital Colônia nasceu em 1903 e ele funcionou precariamente e manteve as pessoas em indigência social até 1980. E a média de cinco mortes diárias. Só que nós períodos de maior lotação chegava a 16 mortes diárias. Então, isso pode ultrapassar esse número. E o número desses corpos foi um levantamento feito a nosso pedido, com a ajuda da coordenadora do Museu da Loucura, porque o Museu da Loucura tem alguns arquivos, e ela conseguiu, acredito que essa venda tenha anterior a esse período, mas conseguiu nos ajudar a identificar os arquivos, porque tinha um livro de registros de vendas de corpos e tinha ao lado da venda o valor do corpo, o valor daquele lote, quantas peças porque eram assim que eram chamadas, porque foram comercializadas, e em qual período, para qual faculdade de medicina e mais que isso, os nomes dos cadáveres também estão lá. A gente tem todos esses documentos em mãos⁸.

A jornalista ainda ressaltou que houve pessoas que foram internadas por motivos políticos:

A SRA. – Gostaria de saber se nas suas pesquisas houve internações por motivos políticos?

A SRA. DANIELA ARBEX – Houve sim. Alguns militantes foram internados na época da ditadura. Também foram silenciados na Colônia⁹.

Ainda são necessárias mais investigações para identificar esses militantes internados na Colônia por motivos políticos.

3. Os “bobos” de Goiás

Na 137^a audiência da CEV “Rubens Paiva”, em 29 de agosto de 2014 da CEV “Rubens Paiva”, foi lançada a obra *Os “bobos” em Goiás: enigmas e silêncios*, da pesquisadora Marilucia Melo Meirelles, que abordou a concentração de doentes mentais na cidade de Goiás, assunto tabu porque

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

essas pessoas eram recolhidas pelas famílias, ainda crianças, para trabalharem em situações análogas às da escravidão, sob a omissão completa do Estado, que nem mesmo possui registro de quantos eram esses chamados "bobos". Trata-se também de uma questão de classe social, pois "A designação de "bobos", em contrapartida, é reservada apenas aos deficientes mentais provenientes das camadas mais pobres da população.¹⁰"

A pesquisadora explicou que a origem da presença dessas pessoas com deficiência remonta à transição entre os séculos XIX e XX:

Será nesse final do século XIX, início dos XX, que ocorre os primeiros registros de presença de deficientes na cidade de Goiás, e a existência do único hospital da região, e também o asilo, atraíram as famílias da redondeza na entrega de seus filhos.

Desta maneira, aos poucos, o contingente, principalmente de deficientes abandonados, foi aumentando de forma bastante significativa.

Estas crianças eram deixadas nos jardins do asilo, a gente viu aqui pelos relatos, mas eu vou repetir, porque talvez o som não foi alcançado por todos, então, as crianças eram deixadas nos jardins do asilo, no hospital, nas soleiras das portas das casas ou entregues diretamente as famílias oligárquicas.

Nesse sentido não diferia muito as práticas de abandono realizadas em todo o mundo.

O importante a ressaltar é que a marca de nascença dessas crianças determinava o seu destino. Eram, em sua maioria, geradas no meio rural e a condição de deficiência as incapacitava para o trabalho do campo. Ir para a cidade era sua sina.

Recolhi relatos de famílias que adotaram bobos nos quais se contava que algum parente havia trazido uma criança deficiente, física ou mental, solicitando que fosse acolhida.

Em alguns casos, o parente solicitava à família adotante a guarda provisória da criança, alegando motivo de viagem, para nunca mais voltar para recolhê-la.

As crianças órfãs, de uma maneira geral, eram doadas para famílias mais abastadas, só os muito pobres abandonavam anonimamente seus filhos, deixando entrever que havia certa resistência a esse ato, praticado só em último caso.

Tornou-se então tradição na província, entre algumas famílias, receberem essas crianças que tanto podiam ser filhos de algum parente pobre distante, de algum amigo, ou um afilhado, para serem criados recebendo o honroso título de "Filhos de Criação", instituto distinto da adoção, que dispensava o registro formal de "Adotivo".

O fato fundamental foi o encerramento do ciclo do ouro e o empobrecimento da cidade, que fez com que os escravos, principalmente os que prestavam serviços domésticos, fossem vendidos. Progressivamente foram substituídos por bobos adotados, que na prática substituíram a mão de obra escrava.

Apesar da abolição da escravatura o uso e abuso dos bobos perdurou sobre todo o século XX, com resquícios até os dias de hoje.

¹⁰ MEIRELLES, Marilucia Melo. Os "bobos" em Goiás: enigmas e silêncios. Goiânia: Editora UFG, 2014, p. 226.

Em troca de casa e comida deveriam prestar serviços, se fosse menina trabalharia em serviços domésticos, sendo menino trabalhava, na maioria das vezes, em serviços pesados, atividades comerciais e rurais¹¹.

O abandono e a exploração desses “bobos” foram naturalizados na Cidade de Goiás, e sua dignidade foi negada, além de lhes ter sido vedado, em regra, um atendimento de saúde especializado.

O paradoxo é que, de um lado temos o atributo de bobo sendo depositado há séculos numa categoria de deficientes físicos e ou mentais, de outro temos o segredo, o isolamento, a reclusão, a banalização e a vulgarização.

Ao mesmo tempo em que há certa reificação, naturalização, há também um grande tabu, é como se aos bobos a natureza humana fosse negada.

Sua presença naturalizada no cotidiano os transforma em mais um tipo de animal doméstico, muito útil, bem mais inteligente do que outros bichos de estimação.

Os bobos também não foram tema de discurso político propositivo, não transitaram para o espaço institucional, para eles não houve propostas nem programas oficiais, jamais a integridade pessoal de um bobo foi protegida por qualquer denúncia formal de abuso.

Naturalizados pelo cotidiano, e esquecidos pelo poder público, foram tratados com displicência¹².

A pesquisadora destacou que o único documento oficial de reconhecimento da existência dos “bobos” ocorreu durante a Era Vargas, pelo interventor nomeado para governar Goiás, Pedro Ludovico Teixeira.

O relatório foi analisado pela pesquisadora na audiência:

O melhor exemplo desse descaso aos bobos foi o tratamento desrespeitoso dado pelo interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, quando escreveu para Getúlio Vargas, justificando a necessidade da mudança da capital do estado para outra região que, posteriormente, veio a ser Goiânia.

Eu quero dizer a vocês, que esse interventor, na época da ditadura Vargas, ele, posteriormente, quando Goiânia foi inaugurada, ele foi por duas vezes governador do Estado, foi senador da República também, então, ele sempre ocupou cargos expressivos na política local.

Então, para finalizar eu vou ler, na íntegra, as opiniões que ele escreveu, as opiniões sobre os bobos da cidade de Goiás, que ele escreveu nesse documento, é um documento muito extenso. Eu retirei algumas citações de falas, então, desse interventor, Pedro Ludovico Teixeira, qual era, de fato, a opinião dele obre esses bobos, então eu vou ler, na íntegra, essas passagens desse documento.

Então ele começa dizendo assim:

“Devido a perpétua escassez de água potável”, esse documento era para justificar a necessidade de mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia, “Devido a perpétua escassez de água potável com que

¹¹ Depoimento de Marilucia Melo Meirelles na 137ª audiência da CEV “Rubens Paiva”, em 29 de agosto de 2014.

¹² Idem.

a população da capital se vê a braços o ano inteiro, principalmente nos meses da seca, há aqui uma verdadeira legião de carregadores e carregadoras em que predominam os débeis mentais, ocupada na baldeação de água para as habitações.”

Mais adiante ele prossegue utilizando-se, inclusive, do apelido de velha, para referir-se a cidade.

“Em certas épocas do ano, para conseguir encher a vasilha, é o carregador obrigado a entrar na cauda, parece incrível.

É sabido que em campanhas, na hora de distribuição de refeições, os soldados formam cauda.

Dizem os cronistas, que na Rússia Soviética, é comum o espetáculo da cauda, na porta dos armazéns ou cooperativas de gêneros, mas formar cauda por causa de um pote de água é acontecimento estranho e deprimente, que somente se verifica na velha capital de Goiás.”

Daí ele descreve as condições brutais de trabalho dos deficientes mentais no abastecimento de água na cidade de Goiás.

Então ele diz o seguinte: “Nos anos em que a seca se torna mais demorada, o penoso trabalho de transportar água do chafariz e da Fonte da Carioca, para desalterar a população, começa alta madrugada, às vezes às 3h e, até, às 2h, durando todo o dia e prolongando-se pela noite a dentro, até às 22h.

É que o fio de água, de ambas as fontes se adelgaça extraordinariamente, exigindo que, como nos guichês bancários, a ordem da chegada seja obedecida e que cada carregador aguarde a sua vez de encher a vasilha, ainda que dezenas deles já se achem à frente”¹³.

Apesar de descrever as condições desumanas a que eram submetidos os “bobos”, o interventor não deixou de exprimir seu preconceito contra essa população, o que não deixa de ser significativo tendo em vista sua profissão, que era a de médico:

Aí ele destila mesmo o seu ódio e achincha os bobos.

“A contingência secular de necessitar a população de um exército de baldeadores de água, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local, o bobo.

Caracteriza-se esta instituição pela tendência comum verificável em muitas famílias goianas de manter cada uma delas um bobo, mentecapto, idiota, imbecil, para o serviço de transportes domésticos, especialmente o de água.”

Talvez seja este o único documento oficial que reconhece a existência dessa estranha instituição, nitidamente local, o bobo.

Com seu duro destempero, nos oferece uma descrição clara e direta sobre os motivos que levava a sociedade local a adotar esses deficientes.

“Há numerosas famílias que se beneficiam dos serviços desses deserddados da sorte, transformando-os em escravos e remissíveis a troco de restos de comida e de um canto para dormir, não raro, entre os animais domésticos.

Contam-se as dezenas nessa capital.

Os infelizes, classificados no extenso grupo patológico dos débeis mentais, desde os imbecis natos até os cretinizados pela miséria física e por outras causas degenerescentes, congênitas ou adquiridas, os quais, como verdadeiras máquinas, se esbofam nos trabalhos caseiros das famílias que os acolhem.”

¹³ Idem.

Eu gostaria de dizer que o Pedro Ludovico Teixeira, além de todos esses cargos políticos, ele era médico.

Somente no final do século XX é que os deficientes mentais, físicos e fonoauditivos do estado de Goiás, através da Lei nº 12.695, de 11 de setembro de 1995, foram incluídos num programa de atenção e preocupação legal, sendo oficialmente criados a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, o Fundo Estadual de Apoio ao Deficiente e o Conselho Estadual dos Direitos dos Deficientes.

Com o envelhecimento dos bobos e seu desaparecimento, previsível, o Asilo São Vicente de Paulo, de destino inicial passou a ser o destino final dos bobos da cidade de Goiás¹⁴.

Hoje há apenas os remanescentes dessa triste realidade, muitos deles internados no Asilo Vicente de Paulo.

Conclusões

Dentro das medidas reparadoras exigidas pelos parâmetros contemporâneos da justiça de transição, impõe-se a questão do tratamento integral às vítimas dos crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura militar e a seus familiares, que também sofreram suas conseqüências.

Audiências que não tinham como objeto específico a questão das instituições e profissionais do campo de saúde mental durante a ditadura militar em São Paulo, as relativas aos “Bobos” de Goiás e à Colônia de Barbacena, demonstraram sobejamente que essas instituições e esses profissionais foram historicamente usados no Brasil como instrumentos e agentes de poder e sujeição, seja por motivos políticos ou não. Na maioria dos casos, que não envolve militantes políticos, tratar-se-á de uma questão de resistência social, pela eficácia efetiva do direito social à saúde, que inclui necessariamente a saúde mental.

No tocante aos militantes políticos, a CEV “Rubens Paiva” indica a necessidade de que pesquisas sejam retomadas pesquisas sobre documentos da CPI de 1991 que investigou o uso dos hospitais psiquiátricos pela ditadura militar.

O deputado estadual Roberto Gouveia, em audiência de 1º de outubro de 1991, recebeu documentos com a denúncia anônima de que prisioneiros políticos haviam sido internados no Complexo Juqueri no Estado de São Paulo:

¹⁴ Idem.

Portanto não vamos passar recibo e gostaria de evoluir para o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, que diz respeito à denúncia que fizemos aqui, em maio deste ano, e dá conta da utilização do Complexo Juqueri no processo de confinamento e de tortura a presos políticos no período mais difícil da ditadura – 1968 a 1976.

Tivemos uma audiência com o Governador Luiz Antônio Fleury Filho junto com a Prefeita Luiza Erundina e com o atual Secretário da Segurança. Nessa audiência tivemos a oportunidade de entregar ao Governador um dossiê completo dos documentos que recebemos anonimamente. Deste dossiê fazia parte um ofício onde o Chefe Permanente da Guarda Militar do Juqueri pedia, a mando de seu superior hierárquico, a relação nominal dos presos políticos existentes naquela instituição. Portanto, comprovando mais uma vez a utilização do Complexo Juqueri, neste tipo de procedimento.

[...]

Sr. Presidente. Srs Deputados, passo a ler a matéria que saiu no “Diário Popular” mostrando que a Escopolamina servia, no Complexo Juqueri, como chico-doce serve no presídio, mostrando o requinte e a utilização da ciência médica de uma forma profundamente questionável, tanto do ponto de vista técnico, como da ideologia que envolve as relações entre profissionais e pacientes.

...Escopolamina tinha uso amplo

O uso da escopolamina (que provoca bloqueio da musculatura e dá sensação de morte iminente) só foi admitido por Paulo Silva ao final de seu depoimento aos deputados. Ele garantiu, porém, que apenas médicos e enfermeiros aplicavam a droga nos pacientes.

Diante das afirmações, o atual diretor-clínico do Juqueri, Mário Balster, estabeleceu que até 1984, quando o uso da droga foi abolido, os funcionários do complexo acumulavam múltiplas funções, dando a entender que um servente ou um encarregado também poderiam aplicar o medicamento nos internos¹⁵.

As autoridades do Estado, nessa ocasião, não deram prosseguimento às investigações.

Quero comunicar à Casa que já temos em nosso poder o documento original em que os médicos Dr. Henrique e Dr. Paulo Fraletti, a administração do manicômio, bem como os encarregados da disciplina, responsáveis pelas celas onde vários presos políticos permaneciam mandaram dar escopolamina – uma droga que provoca sensação de morte iminente – como medida disciplinar. Conseguimos o documento original para que ninguém mais duvide dessa prática cruel, desta prescrição de tortura, infelizmente usada por profissionais, dita nesse documento como medida disciplinar e não como terapia¹⁶.

O uso do Complexo Juqueri como centro de internação e de tortura é uma questão que merece investigação para os fins de responsabilização dos responsáveis por essas graves violações de direitos humanos, e para se elaborar

¹⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, São Paulo, 101 (212), sexta-feira, 9 nov. 1991.

¹⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, São Paulo, 101 (214), terça-feira, 12 nov. 1991.

um quadro mais completo das graves violações de direitos humanos nesse período.

Recomendações

1. Elaboração de um protocolo de atendimento, no campo da saúde mental, de integral respeito aos direitos humanos; reformulação dos moldes de tratamento de pessoas internadas em institutos de saúde mental, com o propósito de inibir as violações de direitos humanos, inclusive a tortura por meio de medicamentos;
2. Investigação sobre as instituições e profissionais de saúde mental na violação de direitos humanos durante a ditadura militar, mais notadamente em relação à internação e à tortura de presos políticos nas instituições psiquiátricas.
3. Estabelecer um mecanismo de colaboração entre as equipes de saúde mental e justiça de transição do Cone Sul, tendo em vista as vítimas do Plano Condor.